



**Processo nº** 10660.722453/2013-01  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2402-010.801 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 4 de outubro de 2022  
**Recorrente** METALÚRGICA ETNA LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2009 a 31/12/2010

PAF. RECURSO VOLUNTÁRIO. NOVAS RAZÕES DE DEFESA. AUSÊNCIA. FUNDAMENTO DO VOTO. DECISÃO DE ORIGEM. FACULDADE DO RELATOR.

Quando as partes não inovam em suas razões de defesa, o relator tem a faculdade de adotar as razões de decidir do voto condutor do julgamento de origem como fundamento de sua decisão.

**COBRANÇA EM DUPLICIDADE. INEXISTÊNCIA.**

Não há cobrança em duplicidade quando, apesar de haver coincidência no período dos lançamentos, tratam-se de bases de cálculos originadas de documentos diversos: valores declarados em GFIPs e não recolhidos e montantes informados em folha de pagamento não declarados em GFIP.

**MULTA DE OFÍCIO. APLICABILIDADE.**

Consoante legislação de regência, será aplicada multa em 75% quando houver lançamento de ofício relativo às contribuições previdenciárias não declaradas e não recolhidas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário interposto.

(documento assinado digitalmente)  
Francisco Ibiapino Luz - Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros(a): Ana Claudia Borges de Oliveira, Rodrigo Duarte Firmino, Honório Albuquerque de Brito (suplente convocado), Francisco Ibiapino Luz (presidente), Gregório Rechmann Junior e Vinícius Mauro Trevisan.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra decisão de primeira instância, que julgou improcedente a impugnação apresentada pela Contribuinte com a pretensão de extinguir crédito tributário decorrente das contribuições devidas, a parte patronal e dos segurados empregados, assim como aquelas destinadas ao SAT/RAT e a terceiros, entidades e fundos.

### Auto de Infração e Impugnação

Por bem descrever os fatos e as razões da impugnação, adoto excertos do relatório da decisão de primeira instância – Acórdão nº 11-45.745 - proferida pela 7<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife - DRJ/REC - transcritos a seguir (processo digital, fls. 245 a 249):

[...]

Segundo o Relatório Fiscal, fls. 28/29, os fatos geradores das contribuições previdenciárias lançadas, no período de 01/2009 a 12/2010, não foram declarados nas últimas Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social - GFIPs enviadas antes do início da ação fiscal e nem as respectivas contribuições foram totalmente recolhidas.

Mencionados fatos foram verificados na folha de pagamento e correspondem a pagamentos efetuados aos segurados empregados e contribuintes individuais, consoante anexo I – demonstrativo apuração da base de cálculo, fls. 31/35.

Cientificada dos referidos AIs, em 09/09/2013, fl. 55, a empresa apresentou impugnações, fls. 59/62, 120/125 e 181/184, em 09/10/2013, arguindo, em síntese, que:

- a empresa já foi fiscalizada no período de 2009 a 2011 e esta fiscalização resultou nos processos judiciais 1220.67.2012.4.01.3809 e 2267.13.2011.4.01.3809 que se encontram parcelados e com a exigibilidade suspensa, havendo cobrança em duplicidade;
- os valores lançados na fiscalização foram informados em GFIP, portanto não há necessidade de ação fiscal para sua cobrança e não cabe a multa de ofício de 75%.

Ante o exposto, requer que os AIs sejam anulados em razão de o valor ora exigido já haver sido lançado em fiscalização anterior.

Com a impugnação, apresentou cópias dos seguintes documentos: alteração contratual (fls. 63/65, 127/128 e 185/186), consolidação do contrato social (fls. 66/77, 129/141 e 187/199), procuração por substabelecimento (fls. 80, 124 e 200), procuração (fls. 78/79, 125/126 e 201/202), documento de identificação (fls. 81/83, 142/144 e 203/205), documento de deferimento de parcelamento emitido pela Caixa Econômica Federal (fls. 87/95, 167/175 e 206/214), termo de confissão de dívida e compromisso de pagamento para com o FGTS (fls. 96/99, 176/179 e 215/218), cópia dos AIs (fls. 85/86, 146/147 e 219/221), TIPF (fls. 100/101, 148/149 e 221/222), TEPF (fls. 84, 102, 145, 150, 223 e 240), termo de autuação – Justiça Federal (fls. 103, 151 e 224), ação de execução fiscal da dívida tributária nos 40.066.169-1, 40.066.170-5, 39.594.865-7 e 39.594.866-5 (fls. 104/106, 109/110, 152/154, 157/158, 225/227 e 230/231), consulta as informações do crédito - CCRED (fls. 107/108, 114/115, 155/156, 162/ 163, 228/229 e 235/236 ), certidão de dívida ativa – CDA (fls. 111, 159 e 232/235), discriminativo de crédito inscrito (fls. 112/113, 160/161 e 234), demonstrativo provisório de cálculo da parcela de entrada para fins de parcelamento de débito previdenciário – debcads 39.594.865-7, 39.594.866-5, 37.282.546-0 e 37.282.545-1 (fls. 116, 164 e 237), Procuradoria da Fazenda Nacional informa à Justiça o parcelamento de débitos (fl. 117/118, 165/166 e 238/239) e conta de telefone (fls. 119, 180 e 241).

**Julgamento de Primeira Instância**

A 7<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife, por unanimidade, julgou improcedente a contestação da Impugnante, nos termos do relatório e voto registrados no Acórdão recorrido, cuja ementa transcrevemos (processo digital, fls. 245 a 249):

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2009 a 31/12/2010

**COBRANÇA EM DUPLICIDADE. INEXISTÊNCIA.**

Não há cobrança em duplicidade quando, apesar de haver coincidência no período dos lançamentos, tratam-se de bases de cálculos originadas de documentos diversos: valores declarados em GFIPs e não recolhidos e montantes informados em folha de pagamento não declarados em GFIP.

**MULTA DE OFÍCIO. APLICABILIDADE.**

Consoante legislação de regência, será aplicada multa em 75% quando houver lançamento de ofício relativo às contribuições previdenciárias não declaradas e não recolhidas.

Impugnação improcedente

(Destaque no original)

**Recurso Voluntário**

Discordando da respeitável decisão, o Sujeito Passivo interpôs recurso voluntário, ratificando os argumentos apresentados na impugnação, o qual, em síntese, traz de relevante para a solução da presente controvérsia (processo digital, fls. 268 a 274):

1. Aduz ter ocorrido *bis in idem* resultando cobrança em duplicidade, pois referido período já foi objeto de fiscalização anterior.

2. Manifesta que ditas contribuições foram informadas em GFIP, não se justificando a aplicação da multa de ofício no percentual de 75% (setenta e cinco por cento).

**Contrarrazões ao recurso voluntário**

Não apresentadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Francisco Ibiapino Luz, Relator.

**Admissibilidade**

O recurso é tempestivo, pois a ciência da decisão recorrida se deu em 3/6/2014 (processo digital, fl. 266), e a peça recursal foi interposta em 27/6/2014 (processo digital, fl. 268), dentro do prazo legal para sua interposição. Logo, já que atendidos os demais pressupostos de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, dele tomo conhecimento.

**Preliminares**

Não se aplica, porquanto sem alegação na fase recursal.

**Mérito****Fundamentos da decisão de origem**

Por oportuno, vale registrar que os §§ 1º e 3º do art. 57 do Anexo II do RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, com a redação dada pela Portaria MF nº 329, de 4 de junho de 2017, facultam o relator fundamentar seu voto mediante transcrição da decisão recorrida, quando o recorrente não inovar em suas razões recursais, *verbis*:

Art. 57. Em cada sessão de julgamento será observada a seguinte ordem:

[...]

§ 1º A ementa, relatório e voto deverão ser disponibilizados exclusivamente aos conselheiros do colegiado, previamente ao início de cada sessão de julgamento correspondente, em meio eletrônico.

[...]

§ 3º A exigência do § 1º pode ser atendida com a transcrição da decisão de primeira instância, se o relator registrar que as partes não apresentaram novas razões de defesa perante a segunda instância e propuser a confirmação e adoção da decisão recorrida. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

Nessa perspectiva, a Recorrente basicamente reiterou os termos da impugnação, nada acrescentando que pudesse alterar o julgamento *a quo*. Logo, tendo em vista minha concordância com os fundamentos do Colegiado de origem e amparado no reportado preceito regimental, adoto as razões de decidir constantes no voto condutor do respectivo acórdão, nestes termos:

**DA BASE DE CÁLCULO**

A impugnante alega que por já ter sido fiscalizada no período em que houve o lançamento em epígrafe, os AIs ora combatidos estariam sendo cobrados em duplicidade. Além disso, a fiscalização anterior teve como consequência os processos judiciais 1220.67.2012.4.01.3809 e 2267.13.2011.4.01.3809, consoante ações de execução fiscal da dívida tributária nos 40.066.169-1, 40.066.170-5, 39.594.865-7 e 39.594.866-5, às fls. 104/106, 109/110, 152/154, 157/158, 225/227 e 230/231, juntadas ao processo.

Primeiramente, mister destacar que os mencionados lançamentos executados judicialmente, de acordo com os relatórios de consulta às informações do crédito – CCRED, acostada pela impugnante, fls. 107/108, 114/115, 155/156, 162/163, 228/229 e 235/236, tratam de crédito tributário constituído mediante confissão de dívida – DCG.

Nesse sentido, o art. 460, da Instrução Normativa - IN RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, dispõe que “Débito Confessado em GFIP (DCG), é o documento que registra o débito decorrente de divergência entre os valores recolhidos em documento de arrecadação previdenciária e os declarados em GFIP”.

O art. 461, da citada IN, ainda acrescenta que “o sistema informatizado da RFB, ao constatar débito decorrente de divergência entre os valores recolhidos em documento de arrecadação previdenciária e os declarados em GFIP, poderá registrar este débito em documento próprio, denominado Débito Confessado em GFIP (DCG), o qual dará início à cobrança automática independente da instauração de procedimento fiscal ou notificação ao sujeito passivo”.

Assim, os débitos inseridos na ação de execução fiscal nos 1220.67.2012.4.01.3809 e 2267.13.2011.4.01.3809 são resultado do batimento automático, independente de instauração de procedimento fiscal, entre os valores informados nas GFIPs do período e não recolhidos em Guia da Previdência Social – GPS.

De outro giro, os AIs em vergasta foram lançados a partir da instauração de procedimento fiscal e as bases de cálculo foram verificadas através do confronto entre

os valores lançados nas GFIPs e na folha de pagamento, cuja diferença encontrada é que está sendo cobrada através dos AIs nos 51.006.258-0, 51.006.259-8 e 51.006.260-1, consoante demonstram tabelas fls. 31/35.

Pelo exposto, conclui-se que, apesar de haver coincidência no período dos lançamentos, tratam-se de bases de cálculos originadas de documentos diversos:

- valores declarados em GFIPs e não recolhidos; e
- montantes informados em folha de pagamento não declarados em GFIP.

Cabe salientar que não houve declaração de GFIPs entre a impetração das ações judiciais e o início do procedimento fiscalizatório.

Não há, portanto, cobrança em duplidade e, em consequência, não se pode acolher a pretensão de anulação dos autos como pretende a impugnante.

#### DA MULTA DE 75%

Quanto à multa aplicada de 75% sobre os valores devidos, o art. 35-A, da Lei 8.212/91, determina a aplicação do disposto no art. 44, da Lei 9.430/96, nos casos de lançamento de ofício relativos às contribuições previdenciárias. E, o art. 44, da Lei 9.430/96, determina, em seu inciso I, que seja aplicada a multa de 75% sobre a totalidade ou diferença de contribuição nos casos de contribuições previdenciárias não declaradas e não recolhidas. Foi exatamente isso que fez o Fisco.

Consoante legislação de regência, será aplicada multa em 75% quando houver lançamento de ofício relativo às contribuições previdenciárias não declaradas e não recolhidas.

Isto posto, segundo relato fiscal, constatou-se que a empresa deixou de recolher as contribuições sociais cujos valores foram verificados nas folhas de pagamento e não se encontravam declarados nas GFIPs do período. Tal fato, ensejou, assim, a aplicação da multa em 75%.

Portanto, o lançamento fiscal está em consonância com a legislação de regência, que se encontra vigente e eficaz.

Assim, justifica-se a aplicação da multa nos moldes apontados pela fiscalização, resultando, também, sem acolhida a irresignação do sujeito passivo neste ponto.

(Destaques no original)

#### Conclusão

Ante o exposto, nego provimento ao recurso interposto.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Francisco Ibiapino Luz